

Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos

Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil

Área: Pessoa com deficiência

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues

Colaboração: Maria Célia Orlato Selem

Aula 9 - Programas, projetos e campanhas de promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência

Vários programas, projetos e campanhas foram elaborados e implementados, tendo como objetivo promover os direitos das pessoas com deficiência. São iniciativas de abrangência nacional, estadual e municipal, coordenadas por órgãos governamentais, em articulação com as organizações da sociedade civil.

Tais iniciativas tiveram um impulsionamento, em 2004 - definido como o Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência, propiciando uma série de eventos e iniciativas de mobilização com vistas a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Desencadeou-se, então, um conjunto de ações com o intuito de promover a garantia da acessibilidade para a população com deficiência, buscando reduzir barreiras para esse grupo social nos mais diversos espaços, tais como: residências, ruas, meios de transporte, mobiliário urbano, escolas, empresas, e mesmo a Internet. Para atingir esse objetivo o primeiro grande desafio colocado foi a busca de consenso sobre o conceito de acessibilidade¹.

¹ Romeu Kazumi Sassaki, consultor de educação inclusiva da Secretaria de Educação do Estado de Goiás e consultor da Escola de Gente - Comunicação em Inclusão, divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. "Todas essas dimensões são importantes. Se faltar uma, compromete as outras", diz. O conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não-formais existentes no Brasil. "Hoje, a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica".

Izabel Loureiro Maior, responsável pela Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Corde), da Secretaria Especial de Direitos Humanos, concorda que é preciso esclarecer para a sociedade o conceito de acessibilidade. "No imaginário de muitos, a idéia de acessibilidade ficou associada ao usuário de cadeira de rodas. Mas acessibilidade não é só botar rampa e baixar meio-fio; é promover uma

Programa Nacional de Acessibilidade

Um avanço nesta direção foi a criação do Programa Nacional de Acessibilidade no Plano Plurianual 2004/2007. O programa prevê a capacitação e especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade, campanhas educativas e fiscalização das leis.

Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível

Um passo importante foi dado com o lançamento do Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível, pelo Ministério das Cidades. Resultado de um processo de discussão com a sociedade civil, o programa desenvolve ações para a garantia da acessibilidade nos sistemas de transporte e circulação de vias públicas para as pessoas com restrição de mobilidade - como idosos, crianças, gestantes, obesos, além das pessoas com deficiência. No entanto, ainda é necessário reforçar para todos os segmentos da sociedade que a acessibilidade abrange uma dimensão muito maior do que a adaptação de espaços físicos.

Objetivo: Fomento de programas locais de acessibilidade. O público alvo são os governos municipais e estaduais.

Atua sobre o espaço urbano: Mobilidade Urbana. Traz novos conceitos da eliminação das barreiras arquitetônicas à política de mobilidade urbana e inclusão social.

As pessoas são consideradas a partir do grau de deficiência:

- Pessoas com Restrição de Mobilidade (PRM) - possuem necessidades especiais para se deslocar pela cidade, em função da idade, estado de saúde, estatura etc.
- Pessoas com Deficiência (PCD) Física, Mental, Sensorial, Orgânica e Múltipla.

O Programa Brasil Acessível busca uma Política Nacional, considerando o acesso universal ao espaço público. Está inserido no conceito de Mobilidade maior igualdade de oportunidades", diz.

O Corde trabalhou no aperfeiçoamento e finalização do **Decreto 5296 de 2004** que regulamentou duas leis federais de 2000: a lei 10.048, que se refere à acessibilidade especificamente nos transportes e serviços públicos; e a lei 10.098, que contém normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. "A acessibilidade é uma ferramenta indispensável para a sociedade inclusiva", enfatiza a coordenadora da Corde.

Para Claudia Werneck, diretora-executiva da Escola de Gente, é necessário destacar a importância da acessibilidade comunicacional. "Trata-se do direito de se comunicar - que é diferente do direito à comunicação, à informação e à participação - e não está expresso em nenhuma convenção de direitos humanos. Se uma pessoa surda vai a um evento e este não tem um intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), por exemplo, o seu direito de se comunicar está sendo violado. É um problema tão óbvio que ninguém vê. O direito de se comunicar tem a ver com a liberdade de expressão e vem antes dos outros, por isso precisa ser garantido", enfatiza.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Urbana Sustentável e é também uma resposta do Ministério das Cidades às diretrizes aprovadas na Conferência das Cidades:

- 1- Capacitação de pessoal;
- 2- Eliminação de barreiras arquitetônicas;
- 3- Sistemas de transportes acessíveis;
- 4- Difusão do conceito de desenho universal;
- 5- Estímulo ao desenvolvimento tecnológico;
- 6- Estímulo à integração das ações de Governo;
- 7- Sensibilização da sociedade;
- 8- Estímulo à organização das PCD.

O Programa pressupõe os seguintes instrumentos para sua implementação:

- 1- Publicação de material informativo e de capacitação;
- 2- Realização de Seminários;
- 3- Edição de normas e diretrizes;
- 4- Realização e fomento de pesquisas;
- 5- Implantação de banco de dados;
- 6- Fomento à implementação Programas Municipais de Mobilidade (planejamento, implementação e avaliação dos resultados);
- 7- Criação de novas fontes de financiamento;
- 8- Premiação das Boas Políticas.

Etapas de Implementação Local

- Adesão dos municípios e estados
- Realização de diagnóstico
- Capacitação de pessoal
- Elaboração de Plano Diretor de Mobilidade
- Elaboração de projetos executivos e realização das intervenções

Fatores que devem ser considerados:

- Diversidade local (porte, incidência)
- Realidade dos Orçamentos
- Nível de conhecimento
- Organização social
- Nível de interesse
- Conteúdo

Publicação de seis Cadernos:

Caderno 1: Atendimento Adequado às PCD; Profissionais do transporte público e prefeituras, condutores do transporte coletivo, cobradores, taxistas, transporte escolar; Conteúdo: Conceito de deficiência, atuação adequada junto às pessoas

Caderno 2: Construindo a Cidade Acessível; Orientação aos gestores e profissionais da área para elaboração e implementação de projetos; Enfoque nas áreas públicas de circulação e as necessidades dos pedestres com ênfase nas pessoas com deficiência e idosos; Diagnóstico: a cidade real, a construção de

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

barreiras, desenho universal, Estatuto das Cidades; Construindo a Cidade Acessível: calçadas (dimensão, pisos, mobiliário etc); travessia de pedestres (critérios, sinalização; tratamento de locais especiais etc)

Caderno 3: Guia de Orientação para implementação do Decreto 5296/04

Caderno 4: Implantação de política municipal de acessibilidade

Caderno 5: Implantação de sistema de transporte acessível

Caderno 6: Boas Práticas

Campanha de Acessibilidade “Acessibilidade: Siga essa idéia!”

A Campanha de Acessibilidade “Acessibilidade: Siga essa idéia!”, foi lançada durante a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília. Uma campanha conscientizadora e mobilizadora, é composta por ações de comunicação com peças audiovisuais e gráficas para veiculação na mídia, logomarca, site e revista da Turma da Mônica com histórias sobre acessibilidade, em uma edição inicial de três milhões de exemplares em tinta e três mil em braille para distribuição em mais de 147 mil escolas de ensino público fundamental.

A escolha da acessibilidade como tema central deve-se ao fato de ser essencial para o pleno desenvolvimento de todas as pessoas, em especial para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a acessibilidade adequada: arquitetônica, de comunicação, atitudinal, programática e metodológica. Neste contexto, as campanhas de sensibilização, conscientização e mobilização da sociedade assumem papel de relevância para a eliminação das barreiras atitudinais, de informação, arquitetônicas, dentre outras, que, na realidade diária, chegam a impedir que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida participem efetivamente da vida em sociedade. Essas campanhas favorecem a conscientização e estimulam uma ação proativa em direção à construção de uma sociedade inclusiva e solidária que possibilite igualdade de oportunidades.

A campanha deverá mobilizar as pessoas em geral, os empresários, as entidades, etc a participarem de modo efetivo, promovendo a eliminação de barreiras (difusão do sistema Braille e da Língua Brasileira de Sinais, adoção de cardápio em braille, computadores acessíveis para todas as deficiências, acesso à Linguagem de Sinais nas escolas e Universidades, criação de sites acessíveis, reforma de hotéis, restaurantes, casas de show, estádios de futebol, fabricação de carros adaptados) e caminhando em direção a um universo inclusivo.

Apesar de ter previsão de duração de dez meses, segundo a vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e coordenadora da Campanha, Ritamaria Aguiar, a Campanha deverá ser permanente, pois sempre surgem novas necessidades e conseqüentemente, as mudanças poderão favorecer o entendimento dessas questões. A campanha "tem como vetor principal lançar a idéia de que acessibilidade é um direito de todos, mas precisa de todos". Para Aguiar, este processo é uma via de mão dupla que deve envolver a sociedade e as pessoas com deficiência "buscando soluções e

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

efetivando a acessibilidade como direito e dever de todos". A Campanha atende à principal demanda trazida indicada pelos participantes da Conferência: criar mecanismos efetivos para fazer cumprir o Decreto 5296 de 2004.

A Campanha é promovida pelo Conade, Corde, Secretaria Especial de Direitos Humanos, e Governo Federal. E patrocinada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), IBM, Confederação Nacional do Comércio (CNC), Sesc, Senac e Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia.

Site da Campanha

O site é acessível a qualquer pessoa, com ou sem deficiência. De acordo com o criador da página, foram considerados, além da acessibilidade, a facilidade de uso. O site abordará de forma ampla o tema Acessibilidade, e apresentará as experiências na área, divulgando as empresas e pessoas que estão aderindo a ela, parceiros envolvidos e hotéis, casas de shows, restaurantes, escolas, teatros e universidades acessíveis. O endereço é www.sigaessaideia.org.br ou acessibilidade.sigaessaideia.org.br.

Campanhas nos Estados

ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO: Pessoas com deficiência lançam campanha ²

Acesso ao transporte e ao mercado de trabalho são dois dos temas em destaque da Campanha Estadual de Acessibilidade, lançada ontem no Ceará, antecipando a campanha nacional, que teve início na 1 Conferência. Em carreata, pessoas com diferentes deficiências se reuniram no Pólo de Lazer do Conjunto Ceará e seguiram para os terminais Siqueira, Parangaba e do Conjunto Ceará, onde realizaram panfletagem, seguida de um ato-show, no Ginásio Poliesportivo da Parangaba, com a presença do ator Marcos Frota. No local, foram lidas cartas abertas, endereçadas à Prefeitura e ao Governo do Estado, solicitando mais atenção aos 1,28 milhão de cearenses com deficiência, dos quais 360 mil vivendo em Fortaleza, o que corresponde a 14,8% da população da capital.

“Somos quase um quinto do total de habitantes desta cidade. As leis já existem. Agora falta aplicá-las. Este é o papel do nosso movimento”, pontua Xyco Theophilo, um dos coordenadores da campanha estadual.

Entre outubro de 2003 e abril de 2006 foram empregados 3.875 pessoas com deficiências no Ceará, pelo Programa Portas Abertas da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (Sete). Esta é uma conquista considerada como importante, mas a expectativa, agora, é que as leis de cotas para deficientes seja respeitada integralmente.

Pela lei, empresas que tenham de 100 a 200 funcionários devem reservar 2% de suas vagas a portadores de deficiências. Esta cota sobe para 3% de 201 a 500 funcionários, 4% de 501 a 1.000 empregados e fica em 5% para mais de

² Fonte: Diário do Nordeste

1.000 funcionários. Existe expectativa de que a Prefeitura implante o programa Porta-Porta, que pode disponibilizar transporte para os deficientes se locomoverem de casa para a escola e o trabalho. Também foi ventilada a criação de uma coordenadoria especial para pessoas portadoras de deficiências.

O presidente do Conselho das Pessoas com Deficiência do Ceará, Marcius Montenegro, diz que está sendo firmado convênio na área de saúde em parceria com o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), para treinar 40 técnicos da Prefeitura e Governo do Estado.

Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade

Porto Alegre é um dos muitos municípios que aderiram ao Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade do Ministério de Educação (MEC). O município pólo Porto Alegre abrange outros 20 municípios no programa.

O objetivo do programa é fazer a discussão sobre o tema nas redes municipais e estaduais de todo o Brasil, para fomentar a educação inclusiva de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. No Rio Grande do Sul, existem oito municípios pólos, que abrangem, cada um, 20 cidades. São eles: Porto Alegre, Santa Maria, Bagé, Passo Fundo, Santo Ângelo, Caxias do Sul, Uruguaiana e Pelotas.

O programa é desenvolvido através de cursos de formação em educação inclusiva para professores e gestores, coordenadores do nível de educação especial das secretarias municipais e representantes das coordenadorias de educação do Estado. Os cursos tem duração de 20 horas e são desenvolvidos por meio de conferências, relatos de experiências de ações nas escolas e estudo de documentos referenciais do MEC para a educação inclusiva, com participação de gestores e professores.

Educação inclusiva em Porto Alegre

A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre vem trabalhando, mais intensamente nos últimos doze anos, a questão da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Ela se dá através das Salas de Integração e Recursos; dos estagiários de integração nas escolas de ensino regular; e na ampliação do atendimento, nas escolas especiais, a alunos com deficiência múltipla (deficiência mental associada à deficiência física e sensorial).

- Praticando:**
- 1) Você conhece os programas de promoção dos direitos da pessoa com deficiência em seu município e estado?
 - 2) Quais são as principais campanhas de promoção dos direitos da pessoa com

- deficiência em seu estado e município?
- 3) Caso existam programas, serviços e campanhas, eles têm contribuído com o enfrentamento das violações dos direitos da pessoa com deficiência? Como?
 - 4) Na sua avaliação, seriam necessários outros programas ou serviços de atenção às pessoas com deficiência? O que você sugere?

Links interessantes:

Artigo: Acessibilidade: uma chave para a inclusão social, Mariana Loiola - *Rits*. Brasil, junho de 2004 - http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm

Educação Inclusiva no Brasil - Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro - *Rede SACI Rio de Janeiro-RJ*, 17/04/2003 - Relatório da oficina realizada no Instituto Helena Antipoff, no Rio de Janeiro, entre os dias 24 e 26 de março de 2003, através de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Banco Mundial -

http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/saude/deficiencia/0007/Educao_Inclusiva_Brasil.pdf